

Cadastro para conter violência

RAPHAEL VELEDA

DA EQUIPE DO CORREIO

Alunos da rede pública de ensino que apresentarem problemas de disciplina e cometerem atos infracionais dentro das escolas terão as informações centralizadas em um cadastro da Secretaria de Educação. A lista faz parte do Programa de Combate à Violência e Promoção da Paz nas Escolas e vai juntar dados que hoje ficam restritos a cada unidade educativa. Um passo adiante nesta proposta seria cruzar os dados das ocorrências policiais registradas nas delegacias com as fichas escolares dos alunos.

Ontem, durante um evento em Samambaia, o governador José Roberto Arruda prometeu que o GDF vai adotar medidas duras para evitar que gangues envolvidas com o tráfico de drogas entrem no ambiente escolar. Segundo ele, isso inclui a intensificação do policiamento nas escolas e cercanias. Dentro desse contexto, o governador estuda formar um cadastro envolvendo informações das secretarias de Educação e Segurança Pública. "Acho que todos os alunos da rede pública têm que estar perfeitamente identificados. Vamos fazer um cruzamento desses dados com os dados disponíveis na área de segurança pública", disse.

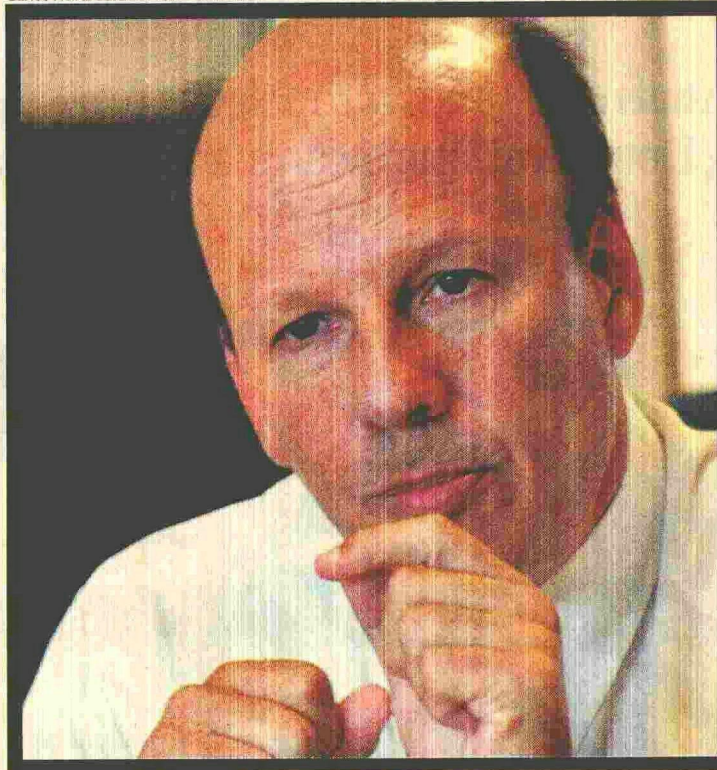
O modo como o cadastro será organizado não foi detalhado por Arruda. O secretário de Educa-

ção, José Luiz Valente, disse que o cruzamento de dados entre as secretarias está em estudo. "O que queremos fazer imediatamente é criar um modo pelo qual as informações sobre um aluno problemático não fiquem restritas ao colégio onde ele estuda, porque ele pode mudar várias vezes de escola", explicou Valente. "É uma ação que vai nos auxiliar na prevenção de ocorrências violentas. Hoje, muitas vezes, os conflitos evoluem porque a informação não está disponível de uma maneira ampla", avaliou.

Valente garante que o cadastro não será usado para perseguir ou incriminar nenhum estudante, mas sim para definir ações mais focadas de prevenção à violência. "Não vamos divulgar nada, nem colocar informações no histórico dos alunos. O objetivo é agir de maneira global e não ir atrás de alguém", afirma. Por meio do cadastro, batizado de Sistema Integrado de Gestão Escolar (Sige), a secretaria pretende ainda identificar cidades, regiões e escolas que apresentem problemas e precisem de atenção especial.

Para o diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro), Washington Dourado, esse cadastro pode ser útil, mas não como forma de punição individual. "Ele precisa servir para mapear os problemas e reforçar as políticas públicas e os projetos educacionais que vão corrigi-los", defende. "Não raro o aluno se torna problemático por causa da falta de

Carlos Vieira/CB/D.A Press - 27/12/07



VALENTE: "VAI NOS AUXILIAR NA PREVENÇÃO DE OCORRÊNCIAS VIOLENTAS"

estrutura da escola, por isso ele não pode ser visto como bode expiatório", completou.

Em um pacote contra a violência escolar, anunciado pela secretaria na quinta-feira passada, está incluído o acompanhamento especial de menores que cumprem medidas socioeducativas, em parceria com a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania. Ações como a revista sistemática dos estudantes e a orientação aos

professores para que eles lidem melhor com alunos agressivos também foram incluídas.

Polêmica

Antes mesmo de ser criado, o cadastro da Secretaria de Educação já é considerado polêmico. O promotor da Infância e Juventude, Renato Varalda, explica que o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) proíbe a formação de banco de dados sobre atos infra-

cionais praticados por alunos. Segundo Varalda, a medida contraria os artigos 143, 144 e 247 do ECA. "A divulgação de atos infracionais praticados por adolescentes abriria a possibilidade de eles serem estigmatizados dentro do ambiente escolar", afirmou Varalda. De acordo com a lei, esse tipo de informação só pode estar disponível à polícia e ao Judiciário. "O que a escola vai fazer com informações sobre atos infracionais? Isso foge às atribuições dela", completou Varalda.

Já a anotação de problemas de conduta, frequência escolar ou situação familiar devem sim ser monitoradas pelas escolas. "As informações sobre comportamento precisam ser acompanhadas e podem até ser compartilhadas. Mas a partir do momento em que o estudante pratica um ato infracional, o assunto deixa o ambiente escolar para ganhar a esfera judicial e policial", esclareceu Varalda. Na semana que vem, as promotorias de Educação e da Infância e Juventude encaminham uma recomendação para que o governo abandone a idéia de incluir os atos infracionais em um cadastro de alunos.

COLABOROU ÉRICA MONTENEGRO

correioabraziliense.com.br



Ouça entrevista:

governador Arruda fala sobre o cadastro dos estudantes